

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COMERCIANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP ENQUANTO ATORES EM RELAÇÕES DE PODER LOCAIS*

Márcia da SILVA**
Jayro Gonçalves MELO***

Resumo: Este texto quer apontar a atuação dos comerciantes como atores em relações de poder locais no período de 1920-1950 em Presidente Prudente-SP. As representações por eles produzidas estão presentes hoje enquanto símbolos, enquanto obras e enquanto obras transformadas em símbolos, esboçando então suas práticas sociais. Considerado no imaginário social, o comerciante e político Felício Tarabay ganhou visibilidade. As idéias e ações por ele defendidas, mesmo como expressão de segmentos dominantes, não podem ser ignoradas.

Palavras-chave: Representações Sociais; Poder Local; Comerciante; Felício Tarabay.

Resumen: Este texto quiere apuntar la actuación de los comerciantes como actores en las relaciones de poder locales en el período 1920-1950 en Presidente Prudente-SP. Las representaciones que ellos alcanzaron están presentes hoy como símbolos, en cuanto obras y en cuanto obras transformadas en símbolos, esbozando entonces sus prácticas sociales. Considerado en el imaginario social, el comerciante y político Felício Tarabay ganó visibilidad. Las ideas y las acciones por él defendidas, aún como expresión de segmentos dominantes, no pueden ser ignoradas.

Palabras clave: Representaciones Sociales; Poder Local; Comerciante; Felício Tarabay.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: BUSCANDO UM DIÁLOGO

Pensando os comerciantes como atores em relações de poder locais, estes produziram ideias e ações que se legitimaram em razão da representação que tinham junto a outros segmentos, a pessoas diversas e à instituição a qual eram associados e os representava. A construção das idéias e ações contribuíram e as simbologias formuladas no imaginário social legitimaram o exercício do poder. O respaldo a eles assegurado, ao se disporem a solucionar "problemas da sociedade", os tornou importantes a ponto de influenciar, consolidar e/ou transformar aquela realidade. Com isso, as questões ligadas às representações e aos imaginários sociais merecem ser tomadas como ponto de reflexão.

As representações sociais encontram base na realidade produzida e vivenciada pela sociedade, nos movimentos sociais, nos meios de comunicação, nos atos de resistência e em

* Este trabalho é parte integrante da Dissertação de Mestrado, concluída em setembro de 2000 pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente - SP. Trabalho desenvolvido com apoio da FAPESP.

** Mestranda em Geografia pela FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente - SP. E-mail: marcia@cadu.com.br

*** Trabalho com Baczko (1985), o símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos

Geografia - Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP

lugares sociais. É na troca de conhecimento, nos diálogos cotidianos, então, que as ações são definidas e o poder é ou não exercido, que as representações sociais, tendo como princípios as palavras e os símbolos, são formadas. Neste sentido, analisar as representações sociais requer a interpretação de suas realizações que deixaram ou não marcas no espaço.

Trabalhar com o conceito de representações sociais só é possível a partir da explicitação do conceito mais geral que é o de representação. Falar em representação traz à mente o estar em um lugar do outro. Quando alguém representa, torna presente um outro alguém ou um outro objeto. Torna presente uma segunda vez ou outra vez.

Este alguém ou este objeto não está ali fisicamente, mas se faz presente enquanto idealizado pelo seu representante. "*Ora, é exatamente essa capacidade de dar às coisas uma nova forma através da atividade psíquica - que constitui uma representação*". (Jovchelovitch, 1995, p. 77)

A idéia de representação parte do pressuposto de que existe algo objetivo para ser representado e de que existe um sujeito ativo que opera a representação, possuindo mecanismos de linguagem para garantir a representação em relação à coisa representada.

O sujeito constrói suas representações através da interação social, mas também expressa nas mesmas experiências vivenciadas em sua individualidade. A interação acontece a partir de situações de comunicação, que variam de acordo com a posição de cada um dentro do grupo social e das normas e padrões consoantes à ideologia do segmento detentor de poder. A possibilidade de expor seus pensamentos faz com que o sujeito se destaque ou não no aparelho social, adquirindo ou consolidando formas de poder, legitimando ou não o discurso dominante.

Para Bourdieu (2000), o imaginário coletivo de uma sociedade se constitui no conjunto de representações sobre o mundo. Assim, afirma ele que a noção de representação está contida numa noção mais abrangente, que é a de imaginário social, e, neste sentido, torna-se representação social. Ainda de acordo com o autor, as práticas sociais e suas representações possuem uma temporalidade, mas podem ser apropriadas em outros contextos, por isso mensuráveis, analisáveis. Para Pesavento (1999), é no plano do imaginário social que estão presentes as sensações, traduções e recepções das representações sociais.

A utilização do conceito de representações sociais requer algumas considerações. De acordo com Jovchelovitch (1995), o conceito foi criado por Durkheim, na Sociologia. Moscovici o transformou em teoria, como uma especificidade da Psicologia Social. Segundo Moscovici, Durkheim, com suas representações coletivas, ajudou a fazer com que as representações sociais fossem uma forma sociológica e não psicológica da Psicologia Social². Na verdade, uma forma depende da outra, havendo interação entre ambas. Para limitar o campo de investigação, foi no sentido sociológico que elas foram aqui trabalhadas.

Jovchelovitch (1995) afirma que as representações sociais são símbolos, valores, idéias, saberes construídos coletivamente e sustentados por um grupo sobre si próprio. É a possibilidade de o sujeito formular, na relação com o mundo já representado, um novo conjunto de significados que sustentarão e legitimarão as suas ações, e através das quais ele pode ser identificado. Por isso, as representações sociais se constroem a partir das práticas sociais determinando o imaginário social de um grupo em uma época dada. Ao mesmo tempo em que se constrói, o sistema de representações determina as práticas sociais. É um processo de apreensão do real pelo homem, mas que se constrói também em torno de objetos imaginários, como as teorias.

Se o real é apropriação, o é em algum lugar, em um território. Como aqui o lugar é um tempo não vivido, do qual não se fez parte, é necessário resgatar os atores que fizeram deste lugar campo de ação. Mas é preciso entendê-los como, então, se constituíram em seu contexto histórico. É preciso desvendar as representações quando vividas, rastrear nas entrelinhas dos fatos os discursos que já chegam como representação.

² Nos Estados Unidos, por exemplo, prevalecem as formas psicológicas das representações sociais.

Assim, são as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso elas são sociais – tanto na sua gênese como na sua forma de ser. Elas não teriam qualquer utilidade em um mundo de indivíduos isolados, ou melhor, elas não existiriam. (Jovchelovitch, 1995, p. 81)

Ao acreditar que as representações sociais são constituídas pela relação com o vivido, temos uma dimensão deste, com conflitos, contradições e diferenças, cabe ressaltar sua intrínseca ligação com o poder, uma ligação que não pode ser considerada neutra.

Podemos incorporar à análise, com isso, o estudo de Chartier (1988, p. 14), que entende as representações sociais como um dos mecanismos pelo qual um grupo impõe ou tenta impor seus valores e sua concepção de mundo como universais.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discussões neutras: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.

Os comerciantes prudentinos conseguiram universalizar a imagem da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente (ACIPP),³ enquanto poder privado, como a única "voz de acesso" para solucionar "problemas da população" para com o poder público. O poder do discurso político advindo de seus membros estava, por exemplo, na competência em omitir a quem realmente beneficiava a produção de um espaço delimitado a partir da implantação de infraestrutura e equipamentos no centro da cidade.

É neste sentido que a relação entre poder econômico, poder político e poder simbólico nos fez identificar acontecimentos na realidade dos anos 20, 30 e 40 que definiram uma conjuntura de forças, algumas que se entrelaçaram e outras que se romperam. A análise das representações sociais dos comerciantes como atores em relações de poder locais busca perceber em que medida elas se deram.

2. A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E FELÍCIO TARABAY: PARA ALÉM DAS RELAÇÕES DE PODER LOCAIS

Para se discutir as ações dos comerciantes, representados pela ACIPP e pelo comerciante e líder político Felício Tarabay, foi fundamental perceber o momento em que eles se despiram "despir", através das fontes investigadas, para que se demonstrasse aí o exercício do poder, desvendando o discurso ideológico e identificando suas lacunas. Identificação não no sentido de preenchê-las, mas de buscar nas mesmas o discurso crítico proposto por Chauí (1980, p. 20), o antidiscurso da ideologia, "que é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico".

Apesar de não se estar elaborando a história da Associação Comercial e Industrial e dos sujeitos que a fizeram surgir, o estudo do poder local, através dos comerciantes e de sua atuação, "não pode restringir-se a uma relação de números, datas e nomes. Impõe-se a

³ Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente (ACIPP) foi fundada em 11 de março de 1927.

compreensão da conjuntura em que (a instituição) apareceu e das transformações estruturais que a tenham influenciado, seja a nível local/estadual/nacional, ambas se inter-relacionando (Abreu, 1996, p. 125). É no sentido de conjuntura apontado por Abreu (1996) que se quer caracterizá-la.

O surgimento da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente ACIPP, articulação de parte da sociedade civil organizada, era um indicador do contexto urbano que se configurava em Presidente Prudente. A crescente burguesia comercial, destituída de poder político, mas com certo poder econômico e simbólico, juntamente com alguns representantes do setor rural e industrial, organizaram-se no sentido de fundar uma associação. Tinham por objetivo representar os interesses desses segmentos perante o poder público e a sociedade.

À medida que foi se estruturando e sendo reconhecida enquanto instituição que exercia poder localmente, por participar de decisões (sendo contrária ou não a elas), passou a sublinhar em seu discurso, o direito de reivindicar, preponderantemente junto ao poder público, atitudes que favorecessem não só os segmentos os quais representava, mas também os demais segmentos sociais. De acordo com o depoimento de Félix Ribeiro Marcondes⁴, o discurso era o de que o poder público era inoperante, não realizando "benfeitorias urbanas" e "melhorias sociais".

Na verdade, parcela da população via na ACIPP um caminho para solucionar seus problemas cotidianos, muitos deles impossíveis de serem resolvidos por esta instituição, por não serem de competência do poder público. A Associação Comercial e Industrial, ao fazer pressão e reivindicar, entrou em conflito, por vezes, com a administração local, que a tinha ora como aliada ora como adversária, sendo fundante aí a figura de seu presidente. Ao conquistar a confiança da população, a relação da Associação Comercial "com a cidade" assumiu outra conotação. Foi assim que alguns atores sociais, que deram-lhe vida, extrapolaram-na enquanto espaço de obtenção de poder.

É importante frisar que as ações "em favor da sociedade" não podem ser consideradas neutras. Apesar de estreitar as relações entre a ACIPP e a população além dos segmentos associados, verifica-se nelas a incorporação de estruturas de poder.

Possivelmente a "neutralidade" tenha sido um dos motivos pelos quais a ACIPP não se filiava fora, enquanto instituição, declaradamente partidária. Seus membros, no entanto, estavam tanto no Partido Republicano Paulista (PRP) local e nas suas dissidências, como nos partidos de oposição que enfim surgiam. Nomes importantes na política local pertencentes à Associação foram se destacando, como o de Luiz Ferraz de Mesquita⁵, no final dos anos 20, os de Miguel Brisola de Oliveira⁶ e João Gonçalves Foz⁷, após a "Revolução de 30", e o de Felício Tarabay, em toda a década de 1940.

Como representante de segmentos sociais dominantes, apesar de diferenciados pela singularidade de interesses, a ACIPP tinha em seu quadro de associados parte considerável da população prudentina. Esta Associação, enquanto instituição, defendia os direitos de cada um desses segmentos, existindo, então, como uma instituição classista. Pensando ainda na constituição dos setores econômicos que representava, havia que se buscar conciliar conjuntamente os seus interesses. Grandes e pequenos empresários do comércio, por exemplo, divergiam em interesses dos grandes e dos pequenos proprietários rurais.

⁴ Félix Ribeiro Marcondes foi diretor da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente. Era proprietário da Casa Rádio, que estava localizada na Rua Barão do Rio Branco, 333. Segundo suas próprias palavras, foi quem trouxe o fogão a gás e a geladeira para serem comercializados em Presidente Prudente. "Quem possuía até então eram apenas os Peretti, os Buchalla, porque eram atacadistas, conseguiram comprar antes."

⁵ Luiz Ferraz de Mesquita era engenheiro, fazendeiro e comerciante (proprietário da agência Chevrolet) e teve participação política como vereador, em 1928, pela Concentração Eleitoral, formada por membros da Associação Comercial e Industrial da cidade.

⁶ Miguel Brisola de Oliveira presidiu o cargo de 2º Secretário da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente de 1942 a 1944 e de membro do Conselho Consultivo da ACIPP de 1944 a 1946.

⁷ João Gonçalves Foz ocupou o cargo de prefeito por duas vezes consecutivas: de 01/10/1934 a 30/04/1935 e de 05/08/1935 a 04/09/1936 (Conjuntura Prudente/97, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33).

Geraldo Soler, membro mais antigo da atual ACIPP, falando exclusivamente dos comerciantes, afirmou que eles "marcaram acentuada participação nessa instituição, mas também teve lugar para os pequenos. A ACIPP não fez e não faz distinção; importa a participação"... A participação, no entanto, dependia da contribuição mensal recolhida. Muitos pequenos comerciantes, agricultores e donos de fábricas de fundo de quintal não podiam pagar por seus interesses "fossem defendidos".

A primeira forma de expressão da ACIPP foi um boletim, com edição semanal, denominado "O Labor," destinado à divulgação das idéias da Associação enquanto instituição, ao auxílio dos que se interessassem em conhecer a situação do comércio local e a manter informado o seu público mais direto, os comerciantes, agricultores e industriais.

O nome do boletim é, no mínimo, sugestivo. O "Labor" poderia ser referência ao trabalho que dignifica o homem" ou ainda a demonstração do trabalho profícuo de seus membros para enaltecer a "sociedade prudentina". Era a divulgação do discurso dominante além dos que representava. O jornal era um meio de incentivar a participação, mas também era um instrumento ideológico de possibilidade de destaque, na sociedade, de segmentos dominantes da ACIPP ou de pessoas em sua individualidade. Nesta perspectiva, vale observar as palavras de Soler (1989, p. 12):

É possível também perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de imagens da unidade social), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente fornecer, além do corpus de representações coerentes para explicar (a realidade social), um corpus de normas coerentes para orientar a prática (política).

O discurso presente nas atas da Diretoria e do Conselho Consultivo da ACIPP, por exemplo, deixam claro que o envolvimento com a população local era significativo, o que demonstrava poder a essa instituição e a seus associados. Poder esse irrestrito ao poder econômico, posto também poder simbólico, conquistado no imaginário social como resultado da articulação do poder econômico e do poder político. É o "algo a mais" apontado por Bourdieu (1989).

Foi assim que a Associação Comercial e Industrial, com poucos anos de existência, apresentou-se como uma instituição de visibilidade perante a sociedade, o que se confirmou, por exemplo, ao organizar e induzir a participação da população no movimento armado de 1932⁸. A ACIPP também se associaram outras pessoas.

Como a sua congênera na capital do Estado, a ACIPP tomou providências e dirigiu campanhas para a formação do batalhão revolucionário prudentino. Com o envolvimento de voluntários, a Associação comandou o processo de arrecadação de fundos para a sua manutenção. A campanha de maior envolvimento da população foi a do ouro.

A Associação Comercial pôs em prática esta campanha, fazendo um apelo para que doações fossem efetuadas em ouro, pela facilidade na comercialização. Presidente Prudente passou a ser considerada, então, uma das cidades vanguardistas do movimento. Os donativos foram entregues ao Banco Comercial e ao Banco Noroeste do Estado. Além de ouro, muitos doaram armas e munições que abasteceram o batalhão formado na cidade.

Segundo o Caderno do Museu nº 4 (1982, p. 27), oficialmente com o fito de esclarecer a população, mas agindo estrategicamente no sentido de garantir a permanência das vendas afetadas pelo medo da "Revolução", a Associação, em plena efervescência do movimento, lançou um aviso aos trabalhadores, especialmente aos do campo, mais temerosos em chegar até à

⁸ As informações aqui compiladas têm como fontes de investigação as entrevistas realizadas com Félix Ribeiro Marcondes, Tarabay e Terezinha Tarabay e o nº 04 da Série Caderno do Museu.

cidade, informando da normalidade em que se encontrava a cidade e o Estado, e que não havia "quebra do ritmo comum dos negócios de compra e venda no comércio do interior e da capital". O aviso trazia ainda um pedido para que os interessados em participar da "Revolução" apresentassem, pois não haveria recrutamento e sim alistamento de voluntários.

O movimento armado de 1932 teve salutar importância para a ACIPP, posto a forma de representações logradas junto ao imaginário social fortalecer as relações de poder simbólico.

A listagem com os nomes das pessoas e suas respectivas doações demonstra o quanto a população se envolveu, mormente as dos segmentos mais bem dotados economicamente. Na verdade, a campanha teve efeito no imaginário da população, ajudando a criar a imagem de que a "Revolução" seria a redenção dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. Na cidade de Presidente Prudente, 143 famílias fizeram doações em ouro.

Os dois partidos políticos militantes na cidade, o PRP e o Partido Democrático (PD), este último formado por dissidentes do primeiro, por isso inimigos desde então, reconciliaram-se momentaneamente e criaram a Frente Única Prudentina, a exemplo da Frente Única Paulista da cidade de São Paulo.

A Frente Única Prudentina tinha como líderes Domingos Leonardo Cerávolo⁹, pelo PRP, e Tito Lívio Brasil¹⁰, pelo PD, assistidos pelo prefeito (1931-1933) Luiz Guilherme Cunha. Além destes, outros representantes da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente participaram do movimento, como Luiz Ferraz de Mesquita e Miguel Brisola de Oliveira. Outras pessoas em ascensão econômica e política na sociedade local (João Negro, Adalberto Goulart, Eliseu Prestes César) também foram colaboradores. O comandante do batalhão foi Miguel Brisola de Oliveira. Com ele, como major, estava Felício Tarabay. Nessa época, Tarabay buscava expressividade na cidade, logo após a primeira experiência política como vereador. Naquele momento, apenas militava como membro do PRP local.

Como os demais moradores da cidade, os comerciantes ajudaram na campanha e, além da doação em ouro, doaram tecidos para as fardas, e gêneros alimentícios. Um deles era Gerardo Giannetti Godoy, que havia chegado a Presidente Prudente na década de 1920 para trabalhar na chácara de propriedade do tio, João Franco de Godoy. Passou a ser comerciante, em função do crescimento da cidade, que ofereceu novas oportunidades de trabalho, e das dificuldades com a lavoura cafeeira.

Em 1932, quando São Paulo levantou-se contra a Ditadura Vargas, e houve o chamamento dos paulistas para defender São Paulo, o povo de Presidente Prudente e região, homens de todas as classes, branco, preto, mulher, criança, se apresentaram no Quartel General para se alistarem no Batalhão Constitucionalista de Presidente Prudente. (Godoy, 1982, p. 69)

Um outro exemplo da participação dos comerciantes baseia-se na declaração de Maria Carmelita Campos, ao falar do tio, então proprietário de uma casa de ferragens. Seu depoimento demonstra o papel dos comerciantes e dos segmentos dominantes na recrutagem de soldados. afirmou ela, em entrevista, ao Caderno do Museu nº 4:

O nosso tio Aureliano Tenório de Brito, dono da Casa Fraternal, a maior casa comercial daquela época, chamou os empregados e disse-lhes: aqueles que quiserem partir para o 'front' podem se inscrever, que na volta terão

⁹ Domingos Leonardo Cerávolo formou-se médico em 1923 e chegou a Presidente Prudente em 1927 para exercer a medicina. Sua carreira política foi patrocinada pelos coronéis Marcondes e Goulart, sendo ele um dos políticos mais expressivos de toda a história de Presidente Prudente.

¹⁰ Tito Lívio Brasil era advogado e fazia campanha oposicionista através do jornal "A Voz do Povo", denunciando os desmandos cometidos pelo PRP, além de fazer campanha a favor do PD. Foi prefeito de Presidente Prudente de 04/10/1930 a 27/04/1931, mas seu mandato foi interrompido pelos conflitos decorrentes da "Revolução de 30".

seus lugares na nossa casa; mas os que desertarem, que nunca me apareçam aqui. (Campos, 1982, p.71)

Essa declaração deixa explícito o intuito da ACIPP, no movimento, por intermédio de seus membros. Instruídos pela diretoria (Ata da Diretoria de 1932), não só deveriam apoiar o movimento como também induzir (e até forçar, como no exemplo citado) a participação de todos no batalhão prudentino.

O ouro arrecadado acabou não sendo utilizado, em virtude de outras doações terem sido suficientes para manter o batalhão. A Associação Comercial de São Paulo, que fazia o reconhecimento oficial, decidiu doá-lo à Santa Casa de Misericórdia da capital. A decisão foi tomada por aqueles que contribuíram, não só de Presidente Prudente mas também de todo o Estado. O ouro então foi distribuído proporcionalmente pelas Santas Casas de cada município, de acordo com o total arrecadado por cada um deles.

O papel da administração pública de Presidente Prudente no contexto da mobilização não ser buscado nas medidas tomadas por Luiz Guilherme da Cunha, prefeito municipal, considerado um dos líderes do levante armado de 1932. Foi ele o responsável pela oficialização dos trabalhos, permitindo que a cidade se envolvesse tão efetivamente. O poder público foi, assim, conivente e favorável ao acontecimento.

Por ter sido o movimento de 32, acredita-se, o responsável pela mais significativa relação entre a Associação Comercial, o poder público e a população prudentina, justifica-se o interesse em situar suas repercussões em Presidente Prudente. Não se pode negar, no entanto, sua natureza superficialidade, se forem consideradas as implicações decorrentes da chamada "Revolução de 32" em todo o país.

Na verdade, a Associação Comercial demonstrava o seu papel no desenvolvimento de uma cidade que, naquele momento, foram cúmplices dos tradicionais líderes políticos locais, comprometendo-se com a intenção de substituí-los futuramente. Era a então burguesia urbana buscando-se de elementos que garantissem transformações na vida local.

Felício Tarabay era um de seus membros. Proprietário de uma loja que comercializava tecidos, fez sua vida política e pública em Presidente Prudente. Iniciou sua carreira na cidade de Viradouro, em 1924, como vereador. Anteriormente foi escrivão de paz naquela cidade, e aos poucos se tornou "chefe político do lugar" (A Voz do Povo, 19/11/1950, nº 1521). Não há informações do período de sua chegada a Presidente Prudente, mas sua participação e liderança foram notadas¹¹. O primeiro cargo público em Presidente Prudente foi o de vereador, em 1930, para suprir a vaga do vereador Luiz Ferraz de Mesquita (A Voz do Povo, 20/07/30, nº 120), cargo que abandonou algum tempo depois.

Na verdade, esta parece ter sido uma estratégia elaborada por Felício Tarabay que, após a expulsão, deixou o PRP e associou-se ao Partido da Lavoura (PL). Com isso, pelo decreto do então governador Waldomiro de Castilho Lima, foi nomeado, em 17/04/1933, para o cargo de prefeito de Presidente Prudente (A Voz do Povo, 28/04/1933, nº 310). Era o primeiro cargo notadamente de consistência política do agora major Felício Tarabay. Foi assim que ele chegou ao poder, como ex-militante do PRP, tendo, segundo Abreu (1972), iniciado sua ascensão política em

¹¹ De acordo com os depoimentos de Guiomar e Terezinha Tarabay, filhas do comerciante, o pai nasceu no Líbano em 1880. Ao certo não se sabe o ano em que chegou ao Brasil. Na cidade de Viradouro conheceu a sua primeira esposa, com a qual teve 6 filhos. Um fato pitoresco foi que, para se casar, Tarabay "roubou" a moça e acabou sendo preso pelo feito. Na época, Genoveva Tarabay era filha do coronel Junqueira, chefe da mais tradicional família da cidade de Viradouro, por isso a família que a filha se casasse com um homem pobre, turco e sem profissão. Como o pai de Tarabay chegou ao Brasil sem nada, presume-se que a sua união tenha lhe garantido a fortuna. Com o falecimento de Genoveva Tarabay, voltou a se casar. Desta união nasceram mais duas filhas. Tinha tendência musical, tocava flauta e clarinete. Trabalhou em teatro amador desde muito jovem, tendo falecido aproximadamente 18 anos. Faleceu em 1951 em decorrência de um tumor cerebral. O padre da igreja católica de Presidente Prudente recusou-se a rezar sua missa de 7º. Dia em virtude, não se sabe ao certo, se da sua ligação com a maçonaria ou por não ser libanês. O curioso é que o padre Sarrion, falecido pouco antes que Tarabay, aceitou a doação feita por ele, para a construção do Altar Mor da igreja de São Sebastião.

decorrência da profícua participação nas construções da Loja Maçônica Vicente Neiva e da Santa Casa de Misericórdia.

Felício Tarabay ficou apenas um ano na prefeitura e foi deposto quando da formação e consolidação do Partido Constitucionalista (PC) em Presidente Prudente, partido do qual fazia parte Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor do Estado. A pressão no âmbito municipal foi exercida pelos membros do PD, que então se organizavam para voltar ao poder. O principal representante deste partido foi Tito Lívio Brasil, que perdera o cargo de prefeito e passou a trabalhar para que Tarabay fosse exonerado da prefeitura. O convencimento constituiu-se em pedidos junto aos membros dos órgãos superiores do Estado, que acataram aos insistentes apelos dos líderes do PC e do PD locais. Contudo, Tarabay, de acordo com Abreu (1972, p. 318)

concretizou uma série de realizações administrativas há muito esperadas pela população e que dispunha do apoio popular consubstanciado em inequívocos abaixo-assinados, porque sua permanência na prefeitura não condizia com os interesses dos constitucionalistas prudentinos.

Apesar do pouco tempo de governo, Felício Tarabay foi responsável pela construção de obras e equipamentos de uso coletivo que, além da função de “dar cara” de cidade a Presidente Prudente, “aproveitou bem os seus 11 meses, atacando de rijo velhos problemas da cidade fazendo das antigas reivindicações seu plano administrativo” (Abreu, 1972, p. 323).

Mais uma vez, os comerciantes representados pela Associação Comercial e Industrial se constituíram numa força que procurava ganhar expressão política. Foi organizada uma manifestação para que Tarabay voltasse ao poder. Uma parte considerável da população prudentina, representada, sobretudo, pelos comerciantes, agricultores e industriais (esses últimos em número bem inexpressivo) manifestou-se, enviando um telegrama ao governador do Estado.

A Associação Comercial de Presidente Prudente, representando as classes comercial, industrial e agrícola do município, lamenta profundamente a exoneração do Maj. Felício Tarabay do cargo de Prefeito Municipal que vinha desempenhando com elevado critério, competência e honestidade, satisfazendo plenamente os interesses gerais, imprescindíveis ao nosso município, apoiado por todas as classes laboriosas. Cordiais Saudações. (A Voz do Povo, 01/04/1934, n°350)

Nas entrelinhas do acontecimento, Abreu (1972) levanta a possibilidade de que o próprio Felício Tarabay tenha comandado a manifestação, pois era membro estimado na Associação Comercial, como participante de sua diretoria. A estima também faz parte do poder simbólico e, com isso, “os chefes são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada” (Baczko, 1985, p. 296). Neste caso, além do papel exercido por Tarabay como prefeito, há que se levar em consideração o reconhecimento por parte dos seus companheiros de Associação, mesmo que ele os tenha incitado a ficar a seu favor.

Não foram suficientes os esforços, e o PC permitiu o retorno dos democráticos ao poder, representados por personalidades como João Gonçalves Foz.

uma decisão essencialmente política (que) entrava em choque com os anseios de uma parte ponderável da população, numa prova muito convincente de que o comportamento político do crítico intransigente do PRP – o PD – agora transformado em Partido Constitucionalista, agia da mesma maneira que os ‘carcomidos’ para galgar o poder. (Abreu, 1996, p. 72)

Santa

ção e

fazia

ambito

ier. O

feito e

ituiu-

ntes

318),

radas

o em

a não

ão de

iente

idade,

tal se

uma

lação

mos

do.

asses

te a

que

idade,

osso

(A

ue o

o na

oder

pela

este

ão o

enha

ao

os

uito

do

da

6, p.

Felício Tarabay e João Gonçalves Foz, apesar de membros da ACIPP, disputavam o poder local. Esse é um exemplo da heterogeneidade de interesses políticos existentes no interior da Associação. Nota-se aí o quanto Tarabay era considerado ou fazia-se ser, pelo apoio dado a seu colega de Associação.

Felício Tarabay afastou-se da vida política, em termos de estar ocupando um cargo político, no início de 1934, logo após esse acontecimento. Participou ativamente, no entanto, nos trabalhos do PRP, ao qual voltou quando deixou o cargo de prefeito, colaborando para a sua organização na cidade. Durante os anos que se seguiram, sua postura foi severamente criticada pelo jornal *A Voz do Povo*.

O número 444 desse jornal, editado em 23 de fevereiro de 1936, afirmava que Tarabay estava no PRP por não querer ser esquecido pelos prudentinos e por "*não se conformar em não ser importante (...). Ele está pensando que fazer política é como vender meia e camisa de camisa*".

O seu retorno efetivo à política ocorreu quando trocou mais uma vez de partido, deixando o PRP e se filiando ao PC, partido que o havia exonerado da prefeitura em 1933 e que tinha Pedro Furquim¹² como presidente. O fato ocorreu em virtude de Leonardo Cerávolo também estar no PRP e ter sido eleito presidente do partido, o que deixou Tarabay descontente, pois que, possivelmente, tenha dado início à rivalidade política entre os dois chefes locais.

A constante ausência de Tarabay da cidade fez com que ele tivesse uma popularidade limitada. Abreu (1996) aponta que seu prestígio localmente pode ter sido superficial, justamente por essa pouca popularidade que possuía em comparação à substancial popularidade de seu adversário político, Leonardo Cerávolo. Ambos eram rivais na conquista da credibilidade da comunidade local enquanto supostos líderes, notadamente na década de 1940, quando Tarabay estava na presidência da ACIPP e Cerávolo estava frente ao executivo local. Ambos eram intermediadores entre a população e o poder público, fosse ele o municipal ou o estadual.

Guionmar Tarabay¹³, ao falar de Felício Tarabay e de Leonardo Cerávolo, incorporou a rivalidade dos dois chefes políticos locais. afirmou em entrevista¹⁴: "*Dr. Cerávolo não fez metade do que papai, papai não, vou falar Felício Tarabay, realizou naquele rincão*". Percebe-se aí a paixão por Felício Tarabay transferida para a mulher política, "*com sangue político herdado do pai*", segundo ela própria.

Representante daqueles que se comprometeram com o regime instaurado, Domingos Cerávolo foi nomeado prefeito municipal em 1938, por Adhemar de Barros, interventor do Estado de São Paulo no período, cargo que ocupou até 1946. O longo mandato foi resultado do regime Novo. O prefeito, por este motivo, fez uma administração sem contestações, já que esse sistema de governo não permitia oposição formal. Apoiado pelos coronéis e buscando atender às demandas da população, tornou-se um exemplo local, mesmo no período ditatorial, de administração populista.

De acordo com Abreu (1996), Cerávolo representou para a população de Presidente Prudente o que os coronéis tinham representado no pretérito, com a realização de um governo populista como forma de conquista de eleitorado.

A partir da década de 1940, iniciaram-se os trabalhos de Tarabay como presidente da ACIPP (1942 a 1950), fortalecendo também o seu papel de líder local e evidenciando esta atuação, até então na aparente neutralidade política. Não que nos anos anteriores a

¹² Pedro Furquim era engenheiro, fazendeiro e proprietário do 2º Cartório de Offícios de Presidente Prudente. Foi prefeito de Presidente Prudente em 1933 (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33).

¹³ Guionmar Tarabay é filha do segundo casamento de Felício Tarabay e está com 63 anos. Vive em São Paulo e é funcionária pública. Em 1990 foi candidata a deputada estadual pelo PPB. É casada pela segunda vez com Adhemar de Barros Filho, filho de Adhemar de Barros, correligionário de seu pai. O primeiro casamento foi com Roberto Calil, industrial em São Paulo. Além de Guionmar Tarabay, teve mais uma filha deste casamento, Ruth Tarabay.

¹⁴ Entrevistas foram realizadas em São Paulo nos dias 13 e 14 de janeiro de 2000.

participação da Associação tenha sido insólita. Pelo que consta nas atas da Diretoria da ACIPP foram várias as providências com o intuito de melhorar a disponibilidade de serviços na cidade bem como a participação em trâmites políticos. Com relação aos melhoramentos de infraestrutura, a recuperação das ruas, intransitáveis sempre que chovia, foi o mais solicitado. Acordos entre poder público e poder privado permitiram que a prefeitura atendesse às solicitações, como forma de agraciar a população e os segmentos associados à ACIPP.

Não se deve entender o fato como um ato de bondade por parte da Associação Comercial. Com a impossibilidade de deixar as residências, nos dias de chuva, as pessoas não consumiam e, conseqüentemente, não gastavam no comércio. Parte daí um dos interesses da instituição em pressionar o poder público em questões como essa, referentes ao “bem estar do prudentino”. Por vários anos a Associação cobrou dos prefeitos, especialmente os contrários a decisões políticas defendidas por seus líderes, medidas para tornar a cidade mais atrativa ao consumo. Uma das principais reivindicações da ACIPP, eram investimentos no centro da cidade, no qual os comerciantes viviam e trabalhavam.

Nos anos 40, quando Cerávolo era prefeito, e Tarabay presidente da ACIPP, almejava o retorno a um cargo público, acirraram-se as disputas entre ambos, apesar da origem peripetista. A postura de Cerávolo era contraditória, pois ao mesmo tempo em que agia para não permitir que Tarabay tivesse expressão política, procurava atender às solicitações apresentadas pela ACIPP que, sem dúvidas, era a única instituição capaz de se organizar tanto a favor quanto contra as decisões do poder público, já que representava parcela dos segmentos dominantes da cidade. Era uma disputa que exaltava também as divergências entre o poder público e poder privado, ambos afirmando trabalhar tendo em vista o “bem-estar” da população. Alguns exemplos podem esclarecer melhor esta relação.

O tabelamento de alimentos imposto pelo Estado desde 1940 foi o que provocou maiores discussões. As controvérsias tiveram início a partir de um acordo entre Cerávolo e Tarabay relacionado à distribuição de farinha de trigo, um dos alimentos em escassez e decorrência do controle de preços. Como a farinha de trigo estava em falta na cidade, foi feita uma encomenda na cidade de São Paulo, em acordo realizado entre prefeitura e Associação Comercial. Ao receber a farinha, o prefeito deveria repassá-la aos comerciantes, como parte de um contrato de compra firmado. O acordo, no entanto, não foi cumprido, e a farinha, que deveria ter sido remetida aos comerciantes, em especial aos donos de padarias, foi distribuída diretamente pela prefeitura à população, causando revolta aos comerciantes. O jornal *Correio da Sorocabana* de 16/05/1946, em seu nº 37, apresentou um protesto organizado pela Associação Comercial contra a atitude do prefeito.

Após o embate decorrente do caso, o jornal *Correio da Sorocabana* de 19/05/1946, nº 38, publicou uma matéria intitulada “*Prefeitura contra comércio*,” informando que os comerciantes acusavam a prefeitura de vender a farinha de trigo, deixando de respeitar o direito deles reservado de transacionar mercadorias. Segundo o jornal, a prefeitura passou de “órgão fiscalizador a órgão fiscalizado”.

Numa demonstração de proximidade, fosse pelo mal entendido ocorrido pelo episódio da farinha de trigo, fosse pelo interesse em ligar-se à instituição com maior expressão na cidade, Cerávolo, ao receber uma remessa de açúcar, também em falta na época, enviou-a diretamente à Associação Comercial, para que fosse distribuída aos comerciantes (*Correio da Sorocabana* de 13/06/1946, nº 43). Felício Tarabay, como presidente da Associação Comercial, fazia parte

¹⁵ Foram tomadas providências por parte da Diretoria da Associação Comercial e Industrial, como: melhoramento das ruas da cidade, projeto de modificação da lei de contas assinadas, falta de estampilha federais, elevação da 3ª para a 2ª categoria a agência do correio local, cotação de câmbio, mercadorias e café, recenseamento do comércio. Uma realização importante em 1932, reivindicada também pela Associação Comercial junto à administração da Estrada de Ferro Sorocabana, foi a construção de uma ponte sobre os trilhos da Estrada de Ferro, ligando as duas partes da cidade. A construção da ponte teve apoio direto da Associação Comercial. Há vários anos a instituição pressionava o poder público para que a realizasse. Facilitaria o acesso ao centro da cidade da população de além linha.

comissão de Abastecimento organizada em cada município do Estado de São Paulo, para controlar os preços, bem como para averiguar a inexistência de gêneros alimentícios para a sua reposição. (A Voz do Povo, 10/08/1946, nº 1076)

Segundo o jornal A Voz do Povo, de 10 de agosto de 1946, em seu nº 1076, a finalidade da participação de Tarabay na comissão era de garantir a “*harmonia entre o povo, o comércio e a prefeitura*”. Apaziguando os comerciantes descontentes com o tabelamento de preços, Tarabay afirmou, perante os segmentos que representava, que “*o tabelamento ajudaria a todos, pois garantiria preço justo aos produtos*”, apesar de impedir a livre concorrência.

Esses acontecimentos mostram que a relação público e privado que então vigia, passa pelos apontamentos de Martins (1994), quando afirma que as pessoas entendem essa distinção, no Brasil, como relativa aos direitos de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa.

Ainda em 1946, as eleições para governador marcaram a volta de várias facções locais. Felício Tarabay, juntamente com Pedro Furquim, retornou ao cenário político como membro e responsável, agora, pela organização do diretório do Partido Social Progressista (PSP) na cidade.

Tarabay, como retribuição pela ajuda política de Adhemar de Barros¹⁶, procurou promover, localmente, a candidatura deste (Correio da Sorocabana, 08/09/1946, nº 64). Consciente da importância das campanhas eleitorais municipais, que eram asseguradas pela influência que o prefeito ou o líder exercia sobre a população, Adhemar de Barros precisava do apoio de seu correligionário para a conquista de votos. (O Imparcial, 13/02/1947, nº 1189)

Mais uma vez ambos foram vitoriosos. Adhemar foi eleito governador e demitiu em massa os prefeitos opostos à sua facção política, para não se compor com o PSD de Getúlio Vargas. Felício Tarabay foi nomeado prefeito de Presidente Prudente. Esta singularidade de nomeações promovidas nas eleições de 1946 confirma as idéias de Leal (1948),¹⁷ quando este diz que a relação estabelecida pelas emergentes lideranças políticas era apenas uma versão mais sofisticada da relação existente entre o coronel, que garantia votos, e o governo do Estado, que o favorecia, oferecendo o controle da máquina pública. É um exemplo de que o favorecimento político não foi um elemento característico apenas do denominado período coronelista. O coronelismo é inerente ao Estado brasileiro e permanece até os dias atuais.

Para a prática populista no contexto regional, Adhemar de Barros é, pois, uma referência importante. Exercendo influência na cidade de Presidente Prudente, redimensionou os limites do poder local. Com Felício Tarabay na condição de prefeito até o final do ano de 1947, sua substituição por Pedro Furquim e sua eleição para presidente da Câmara Municipal, marcou início a um período, de acordo com Abreu (1996, p. 115), “*de quase um quinquênio (1947 – 1951) da liderança Felício Tarabay – Dr. Pedro Furquim – Mário Eugênio*”, com o domínio do PSP e do Governador Adhemar de Barros”. A respeito dessa última personalidade e de sua forma populista de governar, Weffort (1965, p. 58) diz.

A imagem do chefe patriarcal, que em sua generosidade promete um viver tranqüilo, traduz, na sua condição marginal desses setores, uma expectativa em relação a um determinado tipo de Estado. Não contém a expectativa de uma política específica, mas de um poder que olhe pelos pobres. Daí a importância que atribuem os adhemaristas à atividade assistencial (...) esta representação de Estado, embora não suponha nenhuma política particular, implica em um tipo de política assistencialista.

¹⁶ Adhemar de Barros hospedou-se, por várias vezes, na residência de Felício Tarabay, pois os amigos e compadres, segundo informaram Guiomar Tarabay e o Correio da Sorocabana, 19/05/1946, nº 38.

¹⁷ Leal, Carvalho, 1968/69.

¹⁸ Mário Eugênio era comerciante em Presidente Prudente (adendo da autora).

Juntos, Tarabay, Mário Eugênio, Furquim e Adhemar de Barros desempenharam o mesmo papel que os coronéis e Cerávolo desempenharam anteriormente, o de mediadores entre os prudentinos e o governo do Estado. Uma matéria do jornal Correio da Sorocabana, nº 121, de 15/05/1947, aponta o fato de que a administração da cidade encontrava-se parada até Felício Tarabay assumir o cargo de prefeito.

Antonio Sandoval Neto nada realizou. Já Felício Tarabay vem fazendo obras de grande vulto: estradas de rodagem, água, fonte luminosa, banda de música, biblioteca municipal (algumas delas deixadas encaminhadas por Cerávolo).

Nas eleições municipais de 1947, o PSP lançou, então, Pedro Furquim, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), e o PSD indicou Antônio Sandoval Neto,¹⁹ apoiado pelo Partido Nacional Trabalhista (PTN), PRP e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao cargo de prefeito. De acordo com Abreu (1996), o PSP foi o vencedor, elegendo, como apontado, o prefeito e a maioria da Câmara dos Vereadores, inclusive Felício Tarabay como seu presidente (A Voz do Povo, 09/01/1949, nº 1429). O grupo de vereadores do PSP, na Câmara Municipal, era "inquestionavelmente chefiado por Felício Tarabay que teve inúmeras oportunidades para demonstrar a sua preeminência". (Abreu, 1996, p. 121)

Este foi o momento de apogeu da posição de líder de Tarabay na cidade. Ao extrapolar o poder local com o convite para a sub-chefia da Casa Civil do governo do Estado, em 1948, assegurou sua ascensão para além-fronteiras da cidade, apesar de tê-la como sustentáculo político.

Aceitando o cargo, transferiu residência para São Paulo e afastou-se da Câmara dos Vereadores, não deixando, porém, de gerir, via Pedro Furquim, a vida política de Presidente Prudente. Afastou-se, temporariamente, da presidência da Associação Comercial.

Ele vislumbrou em Adhemar de Barros um estadualista, e Felício Tarabay era municipalista; fez do governador Adhemar de Barros um municipalista e se aproveitou dessa proximidade para aceitar o cargo de sub-chefe da Casa Civil, para beneficiar a Alta Sorocabana. (Guiomar Tarabay, 13/01/2000)

Após sua estada por aproximadamente um ano na Casa Civil, afastou-se, a pedido de Adhemar de Barros, para se candidatar a deputado estadual (A Voz do Povo de 19/11/1950, nº 1521), sendo eleito em 03/10/1950. Mais uma vez a união de forças políticas e a troca de favores influenciaram o cenário político e a atuação dos líderes políticos de Presidente Prudente. O cargo de deputado, de acordo com Guiomar Tarabay, ao invés de afastar Tarabay da cidade, fez com que se voltasse mais para ela. Claro que o interesse em favorecer a cidade era também o de favorecer o seu próprio retorno ao meio político local, pois, ainda segundo Guiomar Tarabay,

Dr. Adhemar pediu para o papai ser deputado estadual; ele não queria porque ele amava uma cidade chamada Presidente Prudente. "Não vou porque dessa terra não saio. Eu quero fazer essa terra". Através da votação dele o Adhemar faria a legenda; interessava que ele trouxesse votos. (Guiomar Tarabay, 13/01/2000)

¹⁹ Antonio Sandoval Neto chegou a Presidente Prudente em 1926 para desenvolver atividades comerciais. Era proprietário rural e banqueiro do Jogo do Bicho. Foi prefeito de Presidente Prudente por três vezes. No período estudado ficou no cargo de 08/01/1946 a 01/04/1947. (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33).

ram o
s entre
21, de
Felício

zendo
banda
as por

o pela
o pelo
go de
ado, o
idente
cipal,
es de

apolar
1949,
título

ra de
idente

rubay
alista,
te da
rubay,

ão de
10, n°
vires
cargo
com
o de

eria
vou
ção
tos.

tral e
su de

Fica explícito no depoimento de Guiomar Tarabay que seu pai não queria ser candidato estadual, mas, possivelmente agradecido ao chefe estadual pelo apoio político, não recusou o convite, até porque, para ele, seria um grande salto na carreira política e uma forma de reforçar e assegurar posterior poder localmente.

O acúmulo de cargos, no entanto, fez surgir rumores (A Voz do Povo, 15/07/1951, n° 100) de que Tarabay não estaria dispensando atenção à Alta Sorocabana, posto o pouco interesse para com os problemas do município de Presidente Prudente desde que se mudara para São Paulo.

O seu falecimento, vitimado de um tumor cerebral maligno, não ofereceu tempo, caso os rumores fossem verdadeiros, para esclarecê-los. A morte de Tarabay alterou as bases políticas locais. Presidente Prudente perdia uma das principais lideranças políticas da década de 1940. A ACIPP, por sua vez, perdia o líder, aquele que expressava o seu pensamento e que era referência aos comerciantes e à instituição.

Na conjuntura apresentada, cabe reforçar que a estreita ligação de Tarabay e Adhemar de Barros foi responsável por trocas de favores políticos. Essa afirmação tem relevância quando se observa que, enquanto Tarabay arregimentava votos em Presidente Prudente para os cargos a que se candidatou Adhemar de Barros, todos muito bem sucedidos, este o protegia politicamente, colocando-o em evidência política e pública. Essa relação pode ser demonstrada através das viagens (imagens de Felício Tarabay à capital do Estado, para encontros com o então líder do PSP Adhemar Tarabay em entrevista) ou mesmo pela sua filiação ao partido do qual Adhemar de Barros era líder, para que continuassem juntos politicamente. Uma pequena nota no jornal O Imparcial de 06/11/1945, em seu n° 914, afirma essa alocação: "retorna de mais uma de suas viagens a S. Paulo Felício Tarabay, conhecido e acatado elemento da política local".

Em entrevista ao jornal O Imparcial de 13/03/1951, n° 2141, p. 1, ele próprio comentou a importância do governo Adhemar de Barros para a região da Alta Sorocabana. Elogios não foram poupados, até porque foi através desse líder populista que Tarabay ascendeu à carreira política.

É preciso que eu diga que, se alguma coisa pude realizar em benefício desta zona, foi porque São Paulo teve a felicidade de eleger à sua mais alta magistratura aquele político extraordinário, administrador inigualável, municipalista sem par, amigo de São Paulo, de todos os momentos, aquele que é o responsável pelo engrandecimento do interior, - o dinâmico Governador Adhemar de Barros! (O Imparcial, 13/01/1951, n° 2141)

O contato com autoridades, não só pelos relacionamentos políticos, mas também pelo poder de persuasão com o diálogo, fez com que Felício Tarabay fosse agraciado com verbas para as suas administrações. Pôde, então, realizar obras que trouxeram "melhorias para a população" e para a "cidade de Presidente Prudente". Isso não significa dizer que beneficiaram a população em geral" ou que foram a garantia de "melhores condições de vida" para as pessoas. É possível que parte das verbas tenha suprido interesses próprios e de segmentos importantes por ele defendidos.

É fato, no entanto, que Tarabay buscava estratégias e apoio além-fronteiras da cidade. De acordo com Félix Ribeiro Marcondes, Tarabay estava sempre atento aos rumores políticos, procurando agradar a população prudentina através de realizações efetivas. "Todo dia ele aparecia com um, dizendo que era para fazer o levantamento do preço de tal obra, era o jardim, a prefeitura nova, o prédio da Associação".

O poder local investigado extrapolou o próprio local e se remeteu a outras conquistas, consideradas pela posição que os atores passaram a desempenhar na sociedade e que esta lhes conferia. Felício Tarabay, ao ser nomeado sub-chefe da Casa Civil do governo Adhemar de

Barros, e ao eleger-se deputado estadual, fortaleceu este aspecto. “*Era homem de uma ação de uma coragem; Maquiavel perdia longe,*” afirmou Guiomar Tarabay.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- ABREU, Dióres Santos. **Poder político local no populismo: Presidente. Prudente (SP) - 1959**. Presidente Prudente, Impress, 1996.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: **ENCICLOPÉDIA Enaudi: imaginação social**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- CAMPOS, Maria Carmelita F. P. de. Prudente em 1932. Presidente Prudente: [s.n.], 1982. (Série Cadernos do museu, n.4).
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.20, p.153-93, jan.1966
- CARVALHO, José Murilo de. Estudos do poder local no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, p.25-26.1968/69.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980. p. 03-38.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense.1989. (Coleção Primeiros Passos).
- CHARTIER, Roger. **História da cultura: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- GODOY, Gentil Giannetti. Em 1932, quando São Paulo levantou-se contra a ditadura Vargas. Presidente Prudente:[s.n], 1982. (Série Cadernos do museu, n.4).
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos e representações sociais**. Petrópolis:Vozes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: _____. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- WEFFORT, Francisco. As raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro,,n.2, 1965.

Fontes:

CORREIO DA SOROCABANA. Presidente Prudente, 1945-1950

A VOZ DO POVO. Presidente Prudente, 1926-1952

O IMPARCIAL. Presidente Prudente, 1941-1951

Entrevistas:

Guiomar Tarabay

Terezinha Tarabay

astúcia

Genádio Soler
Ribeiro Marcondes
Furlaneto
de Barros Filho

Presidente

Associação

Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente:

1928-

- Atas da Diretoria da Associação Comercial – 1927-1951
- Atas do Consultivo da Associação Comercial – 1927-1951

Lisboa:

campinas:

1982,

Revista

Estudos

Paulo:

Assos).

aneiro:

ologia e

as. In:

lico e

as em

São

ozes:

egre:

ção